



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ ELIAS DAS MERCÊZ DIAS NETO

**INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO SALÁRIO DO
TRABALHADOR BRASILEIRO DE 2015 A 2019**

GOIÂNIA
2021

JOSÉ ELIAS DAS MERCÊZ DIAS NETO

MATRÍCULA Nº: 2018.1.0021.0017-9

**INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO SALÁRIO DO
TRABALHADOR BRASILEIRO DE 2015 A 2019**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Me. Gesmar José Vieira

GOIÂNIA
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ ELIAS DAS MERCÊZ DIAS NETO
MATRÍCULA Nº: 2018.1.0021.0017-9

**INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO SALÁRIO DO
TRABALHADOR BRASILEIRO DE 2015 A 2019**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Gesmar José Vieira

Prof. Goiaz do Araguaia Leite Vieira

Prof. Edilson Gonçalves de Aguiaris

Goiânia – GO, 2021
Data da Aprovação 07/12/2021

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda e contribuição de diversas pessoas, que de diferentes maneiras me ajudaram nessa importante etapa da minha vida.

Primeiramente, agradeço a todos os professores. Agradeço também, aos professores do curso de Ciências Econômicas da PUC, que através de seus ensinamentos, permitiram que eu pudesse estar concluindo este trabalho. E em especial ao meu orientador, Prof. Gesmar José Vieira, que durante esses últimos meses me acompanhou pontualmente, dando todo o auxílio necessário para a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos, Breno, Karolyn, Vitor Duarte, Alysson, Wender e Hiago Patrick.

Agradeço minha mãe, que me incentivou a cada momento, sendo a força necessária para que eu finalizasse este projeto.

Agradeço ao meu tio Reginaldo José Das Mercez.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para que esse momento se concretizasse, o meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar se o efeito diploma pode ser usado como mecanismo de sinalização no mercado de trabalho, assim reduzindo a taxa de desemprego decorrente da assimetria de informação e a diferença nos rendimentos. Para tanto, este trabalho será dividido em três sessões, inicialmente dando uma visão geral das características do mercado de trabalho anterior à pandemia, nos anos de 2015 a 2019; posteriormente será realizado um levantamento estatístico sobre o mercado de trabalho no Brasil, utilizando-se de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua. Por fim será feita a comparação dos dados aferidos a partir das informações já mencionadas, de forma a aferir se o nível educacional afeta o salário. De acordo com os resultados obtidos, a relação entre níveis educacional e salarial é comprovada e mostra a importância da escolaridade na composição do salário.

Palavras Chaves: mercado de trabalho; nível de escolaridade; composição salarial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Média Salarial dos Trabalhadores	20
Tabela 1:Média salarial dos trabalhadores – 2015 a 2019.....	20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. MERCADO DE TRABALHO	10
1.1. CONCEITO E CARACTERÍSTICA	10
1.2 SALÁRIO E RENDA	12
1.3 MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	13
2. NÍVEL SALARIAL E GRAU DE ESCOLARIDADE	15
2.1 RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL SALARIAL E EDUCACIONAL	15
2.1.1 Conceitos básicos.....	15
2.1.2 Valor Econômico da Educação	16
2.1.3 Assimetria de Informação e o Mercado de Trabalho Brasileiro	17
2.2 METODOLOGIA	18
2.3 DADOS	19
2.3.1 Definições	21
3. RESULTADOS.....	24
CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
ANEXOS	29

INTRODUÇÃO

A busca do conhecimento entre os jovens com o objetivo de alcançar maior espaço no mercado de trabalho tem sido cada vez mais constante e persistente. A partir desta premissa se destacam pesquisas que mostram um número considerável de pessoas graduadas em nível superior que ingressaram no mercado de trabalho, em atividades de alta relevância.

Com um cenário cada vez mais voltado para o surgimento de uma nova realidade política, voltada para inovações tecnológicas e maiores exigências quanto às formas evoluídas e de diferentes estratégias necessárias à busca de soluções ágeis e eficazes, novas estratégias surgem cada vez mais rápidas no mundo globalizado e concorrido.

Em paralelo ao cenário desta nova realidade emerge-se um debate cada vez mais presente, voltado as questões da empregabilidade, cujo centro se destaca o desemprego e a reestruturação produtiva, com vistas à valorização da educação formal com a ideia voltada para a melhoria dos rendimentos individuais, a partir da especialização como facilidade para melhores chances de inserção no mercado de trabalho.

Com esta visão, em nível do mercado de trabalho verifica-se uma maior demanda por indivíduos que se apresentem com aspectos de liderança, criatividade e agilidade, porém com menor custo da mão de obra. Nesta visão, a formação em um curso superior se constitui como vetor para alcançar espaço no mercado de trabalho.

A partir da temática proposta, este trabalho tem por objetivo analisar a influência do nível de escolaridade para a valorização do salário. Por objetivos específicos busca-se identificar o processo que relaciona salário e nível educacional; identificar através de mensuração dos salários se estes podem realmente serem elevados em relação ao nível educacional.

No sentido de compreender as questões propostas pela temática, responder, como problema levantado, a indagação sobre se o nível de conhecimento alcançado na escolaridade influencia de forma positiva a renda do trabalhador.

Para responder a indagação feita a partir do problema, propõe-se desenvolver no âmbito desta monografia a reconstrução de conteúdos que identifique no mercado de trabalho a necessidade de mão de obra mais qualificada por área de atuação, observando caráter técnico e prático mais consistente.

Também, além do conhecimento dos aspectos inerentes ao mercado de trabalho, procura-se entender a valorização da empregabilidade, o que para tal, busca-se o conhecimento de resultados que comprovem os fatos que vem mostrando o comportamento do mercado de trabalho em relação ao assunto, de forma positiva.

A metodologia que será adotada nesta monografia consiste em uma abordagem quantitativa e qualitativa através de dados no IPEA, IBGE, Ministério do Trabalho e região bibliográfica. Com o método proposto tem-se que o conteúdo se expressa por meio de problema e hipótese que são analisados e demonstrados de forma descritiva. Com a identificação do fenômeno, tem-se a explicação mediante o estabelecimento entre as variáveis objeto do estudo.

O estudo proposto a partir da temática proposta se justifica pela relevância econômica e social que se obtém. As análises propostas dão ênfase ao conhecimento da relação escolaridade, conhecimento e salário, além de permitir o entendimento sobre a valorização da empregabilidade.

A presente monografia está estruturada em três capítulos, a saber: o primeiro, trata-se da descrição dos aspectos teóricos voltados para a exploração e apresentação dos aspectos conceituais e características relevantes para o mercado de trabalho; salário e renda; e por fim, análise do relato de indicadores que evidenciam a relação do mercado de trabalho e formação profissional. O segundo capítulo dedicado ao processo de análise do nível salarial e grau de escolaridade; mensuração dos salários; e a sua relação com o nível educacional.

Conclui-se com o terceiro capítulo a análise de como o conhecimento alcançado na escolaridade influencia de forma positiva a renda do trabalhador; o mercado de trabalho e a composição salarial; a formação educacional e o impacto sobre a composição salarial; e a valorização da empregabilidade, formação educacional e nível salarial.

1. MERCADO DE TRABALHO

1.1. CONCEITO E CARACTERÍSTICA

Ao se falar sobre o mercado de trabalho, deve-se inicialmente entender que o termo mercado se refere ao local de confronto entre as forças da oferta e da demanda, mediante a participação dos proprietários dos meios de produção e/ou das mercadorias e compradores, desde que se registre transferência de propriedade do bem adquirido por meio de operações de compra e venda.

Já o termo mercado de trabalho pode ser entendido como formas de atividades laborais remuneradas que se possa existir, seja de característica manual ou intelectual. Os indivíduos, que são detentores da força de trabalho, podem utilizá-las como serviços a serem trocados por um salário, representado por dinheiro em espécie, moradias, ou outros meios que os recompensem pela atividade a que exercer.

Historicamente, conforme citados por Schwab (2016), a introdução de inovações tecnológicas e seus impactos para o trabalho em seus diversos aspectos, são referidos no âmbito da história econômica. Registros que se fizeram nas fases da primeira revolução agrícola, quando se deu os primeiros processos de domesticação animal, primeiras formas de plantios, transportes e comunicações.

Também, com o surgimento do liberalismo econômico, no final do século XVIII, fase da primeira revolução industrial, com a máquina a vapor e mecânica, que levou à expansão da produção têxtil, transportes e metalurgia, fundamentou segundo Acemoglu (2002) apud Maciente *et al* (2017), a produção fabril e a mão de obra com baixa qualificação, em substituição à produção artesanal, esta última limitada em sua capacidade.

Já no final do século XIX, com o surgimento da energia elétrica, telefone e telégrafo veio a produção em massa acompanhada de grandes avanços nos processos de comunicações. Nesta fase, conforme Frey e Osborne (2017) apud Maciente *et. al.* (2017), há um complementariedade entre capital e trabalho qualificado.

Assim, evidencia-se que o mercado de trabalho se refere à relação do trabalhador e a empresa, que passou adquirir importância a partir da revolução industrial conforme citado, e que destaca a economia do trabalho como auxiliadora do processo de estudo de como se funciona. Também aponta o trabalhador, a empresa e o governo como grandes atuantes no mercado de trabalho. O destaque maior cabe ao trabalhador que vende a sua mão de obra para as empresas, conforme a qualificação.

Registra-se também que o mercado de trabalho está restrito a dois grandes grupos, o público e o privado, ambos com a participação efetiva do trabalhador, responsável pela geração da mão de obra, que com o salário recebido e/ou remuneração, transforma-se em consumidor final ou de serviços.

As empresas se apresentam como coadjuvantes no processo, com regras e contratações conforme as expertises que lhes são peculiares. Nesta perspectiva, o mercado de trabalho pode ser entendido como ponto de competição entre os diferentes agentes econômicos que se sujeitam a regras incorporadas pelas empresas.

Neste sentido, pode-se considerar os diversos segmentos do mercado de trabalho mesmo que se tenha alterações no enfoque econômico apesar das diferenças institucionais de cada região que formam a estrutura e o controle deste mercado. Neste caso, as estruturações de postos de trabalho, em destaque a mão-de-obra não devem se constituir elementos unitários e homogêneos, mas separados entre si.

Na visão de PRIES (2000) apud Oliveira (2007), as pessoas não contam com oportunidades idênticas na busca de espaço no mercado de trabalho, em razão de questões como escolaridade, conhecimentos técnicos, experiência e outros. Neste caso, no que concerne às barreiras de entrada, pode-se ter características como: demográfica como idade, gênero e etnia; pessoais adquiridas; nível de escolaridade e experiência de trabalho; e normas estabelecidas implícita ou explicitamente.

Assim, torna-se importante destacar que a operacionalidade do mercado de trabalho é importante para o desempenho da economia. Neste aspecto, como destacado no item anterior, os níveis salariais, taxas de emprego, desigualdades de renda, aumentos de produtividade, investimentos em qualificação, podem ser consideradas variáveis que devem ser consideradas.

1.2 SALÁRIO E RENDA

Renda é a somatória da remuneração das pessoas de uma sociedade em um determinado período. Por exemplo, é a somatória, do salário de um trabalhador, dos aluguéis recebidos pela locação de imóveis e até mesmo locação de carros.

Quando nós observamos através da macroeconomia que, por exemplo, a renda total de um país aumentou, isto nos sugere que, provavelmente, a renda das pessoas e das famílias que vivem naquele país também aumentou. A renda destas pessoas e das famílias é considerada, na microeconomia, como sendo a somatória de rendimentos totais do país.

Da mesma forma, se o produto total de bens produzidos na macroeconomia, de um país aumentou isto provavelmente ocorreu porque na microeconomia ocorreu uma maior produção de bens pelas pessoas que vivem naquele país.

As quantidades podem sofrer alterações em função do preço praticado pelo mercado. Portanto, existem alguns fatores que podem mexer com esta quantidade. Vejamos estas possibilidades: a renda - o fator renda pode e interfere nas quantidades comercializadas. A distribuição da renda, o próprio nível de renda e a estrutura de distribuição a diferentes classes sociais fazem com que os produtos tenham uma elasticidade muito variada.

Existe também um estudo que mede o quanto a procura varia em função da variação da renda dos consumidores. Acredito que vocês já viram a mídia noticiar que o comércio espera o décimo terceiro salário para aquecer as vendas de final de ano.

Conceitos da macroeconomia Renda: é soma dos valores pagos aos fatores de produção para obter um produto ou serviço em um determinado momento. Pode ser obtida a partir de salários, aluguéis, juros de aplicações financeiras, lucros em empresas ou por todas elas ao mesmo tempo.

Um termo importante para nosso estudo é a renda nacional, que é a soma de todas as rendas recebidas pelos donos dos fatores de produção que foram utilizados no período de um ano. É composta pelo custo dos fatores, salários, ganhos com juros, recebimento de aluguéis, lucro de empresas privadas, além das transferências efetuadas pelo governo para o setor privado como, por exemplo, os subsídios.

O Salário nada mais é do que uma remuneração pelo serviço prestado sobre o trabalho exercido para resolução de algum problema ou atuar como um trabalho fundamental para ajudar no levantamento da empresa, para o mercado da competitividade em relação as outras empresas.

A Renda é a soma de todas as remunerações ativas ou passivas, ou seja, uma renda que você trabalha para adquiri-la ou não, podendo ela ser (aluguel, o próprio salário, aplicação de um investimento entre outras rendas).

1.3 MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O mercado de trabalho é de grande importância para o avanço econômico. Níveis de salário, a taxa de emprego/desemprego, desigualdade de renda, aumento na produtividade, investimento em qualificação profissional, são algumas das variáveis que levam em conta o mercado de trabalho.

Adam Smith (A riqueza das nações, p.9) também conhecido como pai da economia foi um economista clássico. Nessa visão, o funcionamento do mercado de trabalho se via condizente aos demais mercados, podendo ser ali verificados comportamentos econômicos de firmas e indivíduos que buscam maximizar seu bem-estar e onde as funções da oferta e demanda de emprego dependem do nível de salário.

Caso se obtenha um desajuste entre oferta e demanda e se os trabalhadores que estão buscando um trabalho e não encontram, é porque o nível dos salários está muito alto. A empresa está disposta a contratar trabalhadores, enquanto o seu custo marginal (CMg) for inferior à produtividade marginal do trabalho, fórmula que se segue.

$$\text{Custo marginal} = \frac{\Delta CT}{\Delta Q}$$

A baixa do custo do trabalho se traduz então por um crescimento da oferta de emprego. A intervenção de sindicatos, convenção coletiva acaba influenciando o nível dos salários reais que se afastam dos parâmetros de equilíbrio, gerando, dessa forma, desemprego (BRÉMOND e GÉLÉDAN, 1984).

Segundo Chahad (1998), definindo assim o mercado de trabalho de uma forma formal, caracterizando assim por relações de contratos de trabalho, determinadas por forças de mercado, ou seja, tendo um regulamento através de legislação específica. Em outra visão de uma forma informal o mercado de trabalho pode ser caracterizado pela ilegalidade onde se atua às margens das legislações tributárias e trabalhista.

O mercado de trabalho formal ele deduz que a existência de mão de obra assalariada é muito larga, ou seja, sempre havendo pessoas com competência para determinada função estabelecida. Já o mercado de trabalho informal, ele consegue colocar mais integrantes, ou seja, vendedor ambulante, empregadas domésticas sem carteira de trabalho, entre outros, podemos citar também as empresas que contêm familiares e que não tem uma renda fixa. (SENAI, 1991, p. 13-14).

Chahad (1998), sabendo-se que a dimensão do mercado de trabalho informal pode apresentar-nos de forma bastante expressiva, notoriamente num país que está em desenvolvimento, como exemplo o Brasil, no entanto sua dinâmica e funcionamento estão intrinsecamente ligados ao que se ocorre no núcleo central da economia, onde predomina o mercado formal do trabalho.

A importância do entendimento dos aspectos que persiste ao mercado de trabalho é de suma importância para o Brasil, na medida em que se relacionam com outros aspectos relevantes, como o crescimento populacional, a necessidade de absorção de mão de obra, migrações e pobreza (CHAHAD, 1998, p. 404).

As principais variáveis podem nos conceder uma análise do desenvolvimento do mercado de trabalho que determina, o salário, emprego, desemprego, rotatividade e a produtividade são dependentes simplesmente pelo nível da atividade econômica, no qual classifica a força de trabalho da população.

2. NÍVEL SALARIAL E GRAU DE ESCOLARIDADE

2.1 RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL SALARIAL E EDUCACIONAL

A literatura econômica apresenta um grande debate sobre as causas da relação positiva entre escolaridade e salário. De acordo com a teoria do capital humano de MINCER (1958), habilidades adquiridas na escola diretamente aumentam a produtividade, o que por sua vez resulta em salários mais elevados

2.1.1 Conceitos básicos

Do ponto de vista da teoria do capital humano, não importa como a produtividade do aluno é aumentada, mas supõe-se que o aluno adquire habilidades cognitivas por meio da educação recebida em sala de aula. A teoria prevê que o aluno consegue pôr em prática as habilidades adquiridas na escola para aumentar seu desempenho no mercado de trabalho.

Outra teoria proposta, são que as habilidades adquiridas na escola não contribuem para o aumento do desempenho dos trabalhadores, partiu da afirmação de Arrow (1973), que cita o “*screening*” ou sinalização, em que a escolaridade aumenta rendimentos porque ela é utilizada como um dispositivo (imperfeito) de sinalização em que o nível de escolaridade adquirida pelos potenciais empregados permite aos empregadores avaliar a habilidade inata e não observável, e não necessariamente porque escolaridade torna os indivíduos mais produtivos.

A expectativa de que um empregado permaneça em uma empresa por um longo tempo deve dar incentivos para as empresas fazerem esforços consideráveis de “*screening*” antes de contratar um indivíduo, através de exames escritos e

entrevistas. Segundo a teoria, as empresas têm como objetivo contratar os melhores trabalhadores, devem investir em mecanismos que permitam identificá-los e conseqüentemente diminuíam a assimetria de informação.

Por sua vez, os alunos levam em conta esses critérios de contratação ao decidir quanto tempo ficar na escola. Os alunos irão escolher um nível de escolaridade ótimo para “sinalizar” a sua capacidade/habilidade, e os empregadores vão exigir um nível mínimo de escolaridade dos seus candidatos.

Se o mercado de trabalho funcionar, segundo a teoria de Arrow (1973), é de se esperar que os trabalhadores bons consigam se “separar” dos ruins e diminuir o problema de assimetria de informação no mercado de trabalho.

2.1.2 Valor Econômico da Educação

“O valor econômico da educação depende, principalmente, da demanda e oferta de instrução, que pode ser dita com um investimento” (SCHULTZ, 1973 p.13).

De acordo com esse contexto pode-se considerar que os indivíduos podem realizar investimentos para conseguirem obter maiores rendimentos e se colocarem em melhores posições no mercado de trabalho, considerando assim, que a instrução é o maior investimento em capital humano.

O valor econômico da educação tem sua base na geração de benefício e bem-estar coletivo, tornando um conceito na teoria econômica de externalidade positiva. Em outros termos, quando uma pessoa decide investir em educação, estará fazendo um bem coletivo à sociedade como um todo.

O indivíduo quando se faz um investimento na educação acaba afetando em suas despesas futuras e conseqüentemente sua renda. Outrossim, quando vemos uma pessoa que tem um nível educacional elevado, ela conseqüentemente tem as despesas maiores (SCHULTZ, 1973, p.23).

O aspecto que relaciona os ganhos dos indivíduos com a idade também é importante e, deve levar em consideração. Tais rendimentos aumentam a uma taxa decrescente: a taxa de aumento quanto o decréscimo tende a estar positivamente relacionado ao nível de habilidade. Revelando assim que a escolaridade tem um poder

na determinação do salário de um indivíduo, contudo mesmo com um investimento contínuo em capital humano, o reflexo que se dá, torna-se menor ao passar do tempo.

Sempre que a instrução elevar as futuras rendas dos estudantes, teremos um investimento. É um investimento no capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas na escola. Existem numerosos investimentos no capital humano e as cifras tornam-se elevadas. Pode-se dizer, na verdade, que a capacidade produtiva do trabalho é, predominantemente, um meio de produção produzido. Nós “produzimos”, assim, a nós mesmos e, neste sentido, os “recursos humanos” são uma consequência de investimentos entre os quais a instrução é da maior importância. (SCHULTZ, 1973, p.25).

O desenvolvimento econômico de um país se dá como um fator importante a educação, levando a mão de obra qualificada onde o capital humano entra na função de produção como um fator de produção, sendo assim, o crescimento da economia estaria relacionado a ampliação do estoque de capital humano.

Facilitando o emprego de novas tecnologias, são consideradas como insumos, assim, há a aceleração da convergência tecnológica entre as nações, com um aumento da educação, os indivíduos estariam mais aptos a utilizarem novas tecnologias de produção, e isso teria um impacto positivo sobre o crescimento econômico.

Portanto, o conhecimento que foi adquirido pela formação de acordo com o SCHULTZ (1973), a constituição de um valor econômico, no entanto sua contribuição para o crescimento econômico é de difícil mensuração, pela impossibilidade de definir com exata clareza o custo total da educação, deste modo, não conseguimos estipular um nível de investimento que propiciaria uma elevação do produto da economia.

2.1.3 Assimetria de Informação e o Mercado de Trabalho Brasileiro

Informações privilegiadas sobre o mercado de trabalho poderiam auxiliar os empresários quanto à possibilidade de ganhos de produtividade advindos dos trabalhadores contratados para as atividades inerentes às empresas.

“o argumento não é novo e foi inicialmente desenvolvido por George Akerlof para explicar de que forma a incerteza dos agentes sobre a qualidade dos bens transacionados nos mercados tende a gerar um equilíbrio ineficiente, ou

no limite, até mesmo o desaparecimento do mercado de um determinado bem". (CAMARGO e REIS, 2005, p. 383).

Essa ideia partiria da existência de grandes informações sobre a qualidade do bem que está sendo transacionado, pela empresa, cujo trabalhador menos produtivo é menos avaliado; ganhos com a transação deste bem, não será tão vantajoso se tivesse esta informação completa e a assimetria do mercado, sendo assim, se todos envolvidos conhecessem a qualidade do bem.

“as consequências do problema de assimetria de informação tendem a ser mais graves para os trabalhadores semiqualeificados por dois motivos. Em primeiro lugar, os empregadores têm mais dificuldades para inferir sobre as características produtivas com base nas informações sobre a escolaridade (sic). Segunda, a maior proporção de jovens acentua ainda mais o problema, na medida que informações sobre as características produtivas do trabalhador costumam ser reveladas com a experiência no mercado de trabalho.” (CAMARGO e REIS, 2005, p. 383).

Com relação ao Brasil, observa-se uma certa rigidez em relação ao mercado de trabalho, mostra dificuldade para a entrada de jovens trabalhadores, e com isto esperar a obtenção de diploma para aumentar as chances de acesso ao emprego, e com isto identificar o mercado a partir de tal passo. As qualificações são os diferenciais, e contribuem para o acréscimo da taxa de desemprego para trabalhadores semiqualeificados, que não detém o mesmo grau de escolaridade e as mesmas habilidades.

2.2 METODOLOGIA

Para estabelecer a relação entre o nível de escolaridade e o nível de salários será utilizado o método proposto por Mincer (1974) que descreve uma relação positiva entre salários, nível educacional e anos de experiência de acordo com a equação:

$$Y_t = K_t^\alpha H_t^\beta (A_t L_t)^{1-\alpha-\beta} \quad (1)$$

Sendo Y o produto, K o capital, H o capital humano, A o termo tecnológico, L o trabalho, t é o tempo e α , β e $(1-\alpha-\beta)$ referem-se às participações do capital físico, humano e trabalho na renda, respectivamente.

A equação 1 mostra uma relação direta entre o produto e o nível de educação, em anos de estudo, levando ao entendimento de que quanto mais anos de estudo o indivíduo possui maiores serão os seus rendimentos.

A partir da equação de MINCER (1974) chega-se à relação da Educação com o mercado de trabalho utilizando a tecnologia, por ser o capital humano introduzido na função de produção na forma exponencial:

$$Y = AK^\alpha (\exp(\varphi h) L \exp(g \cdot t))^\beta \quad (2)$$

Sendo o parâmetro $\exp(\varphi h)$ pode ser entendido como a percentagem do aumento na renda decorrente de um ano adicional de escolaridade. Com isso nota-se que os rendimentos crescem de forma exponencial de acordo com os anos de estudos adicionais acrescentados ao trabalhador.

De acordo com os resultados da equação, que descreve a relação positiva entre salários, nível educacional e anos de experiência, espera-se que os dados sejam expostos, verificando a concordância com a relação observada, e assim, ser possível apresentar correlação positiva entre os anos adicionais de educação e nível salarial do trabalhador.

2.3 DADOS

Para ilustrar as relações encontradas na teoria mencionada anteriormente, foram colhidos dados de salários e nível de escolaridade dos trabalhadores brasileiros no período de 2015 a 2019, que correspondem aos dados mais recentes do período pré-pandemia da covid-19.

Para tal propósito, foram escolhidos dados da variação anual da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (2015 a 2019), que se trata de uma pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a cada trimestre, que investiga cerca de 211.000 domicílios, em aproximadamente 16.000 setores censitários, nas principais regiões metropolitanas do Brasil.

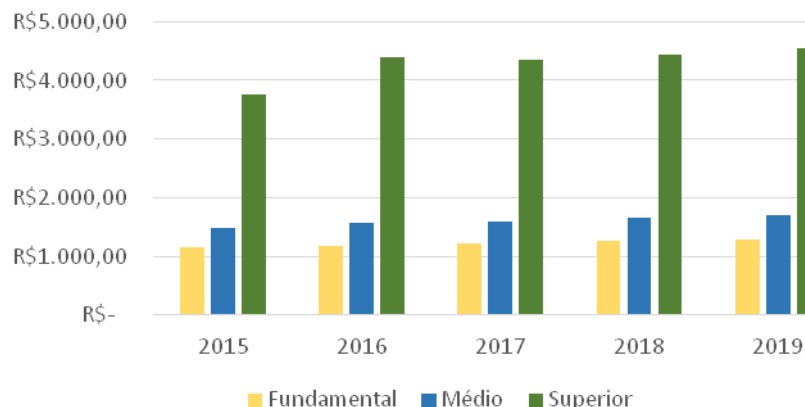
Com todo exposto para representar a relação entre salários e o nível educacional dos trabalhadores foram escolhidas as variáveis que se seguem. Para mostrar o nível de escolaridade dos trabalhadores a variável V3009A que representa qual o curso mais elevado que o indivíduo frequentou anteriormente, esta foi recodificada para representar os níveis de educação fundamental, médio e superior. Para representar o nível salarial foi escolhida a variável V403312 que mostra o rendimento bruto/retirada mensal em dinheiro que faz normalmente no trabalho. Para meios de ponderação dos dados foi utilizada a variável V1032 que representa o peso do domicílio e das pessoas.

Tabela 1: Média salarial dos trabalhadores – 2015 a 2019

	2015	2016	2017	2018	2019
Fundamental	R\$ 1.146,73	R\$ 1.182,80	R\$ 1.227,01	R\$ 1.265,65	R\$ 1.277,36
Médio	R\$ 1.492,38	R\$ 1.568,74	R\$ 1.602,38	R\$ 1.662,92	R\$ 1.701,50
Superior	R\$ 3.764,35	R\$ 4.393,99	R\$ 4.353,02	R\$ 4.437,08	R\$ 4.553,88

Fonte: PNAD (2019) – Elaboração do autor

Gráfico 1: Média Salarial dos Trabalhadores



Fonte: Elaboração própria.

A partir das informações constantes da Tabela 1 e Gráfico 1 foi calculada a média salarial dos trabalhadores de acordo com o nível educacional determinado pela

variável V3009A para cada ano analisado e as variáveis utilizadas foram devidamente ponderadas pela variável de peso V1032.

2.3.1 Definições

Quatorze categorias de descrição são adotadas pela variável V3009A, pré-escola, classe de alfabetização; alfabetização de jovens e adultos; antigo primário; antigo ginásio; regular do ensino fundamental ou primeiro grau; educação de jovens e adultos ou supletivo, do primeiro grau; antigo científico, clássico; regular do ensino médio ou segundo grau; educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau; superior graduação; especialização de nível superior; mestrado; e doutorado. Todas essas descrições são submetidas a recolhimento de dados para esta pesquisa.

- **Pré-Escola**

A pré-escola é considerado o ensino que se dá para crianças entre 3 a 6 anos de idade, podemos considerar como pré-escola crianças que estão na creche ou até mesmo em início de maternal.

- **Classe de Alfabetização**

A classe de alfabetização comumente conhecida como ensino fundamental 1, iniciado pelo 1º ano até o 6º ano.

- **Alfabetização de Jovens e Adultos**

A alfabetização de jovens e adultos (EJA) trata-se de uma forma rápida de ensino para a alfabetizar pessoas que não obtiveram o ensino, público ou privado.

- **Antigo Primário (elementar);**
- **Antigo Ginásio (médio 1º grau)**

O Ginásio mais conhecido popularmente como Ensino Médio é o 1º grau do ensino colegial, ou seja, um adolescente em sua primeira passagem para conclusão do ensino para ingressar em uma universidade.

- **Regular do ensino fundamental ou do 1º grau;**
- **Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Supletivo do 1º grau;**
- **Antigo científico, clássico etc. (médio 2º ciclo);**
- **Regular do ensino médio ou do 2º grau;**
- **Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do 2º grau;**
- **Superior – graduação**

Trata-se de Graduação bem avaliada no mundo profissional, onde o estudante deixa de sua vida no “Ginásio” (ensino médio), para iniciar a atividade como profissional qualificado, especializando assim sua mão de obra.

- **Especialização de nível superior**

Após a conclusão do Superior-Graduação, o estudante poderá fazer uma especialização em sua área de atuação desejável, com vistas a alcançar melhor nível de qualificação profissional.

- **Mestrado**

Mestrado é um grau acadêmico recebido pelo estudante após o término da graduação, com duração de 2 a 5 anos e ao término o indivíduo recebe um título de mestre na área específica estudada.

- **Doutorado**

O estudante se dedica a uma pesquisa que deve apresentar novas descobertas sobre um determinado tema. Sendo assim, o objetivo principal é que o

profissional possa contribuir com o conhecimento acadêmico, apresentando uma tese de científica algo de novo, no estudo objeto da pesquisa.

3. RESULTADOS

As informações obtidas pela PNAD Contínua mostram, objetivamente o quanto um curso Superior agrega valor no salário dos brasileiros, e assim foi possível verificar que no ano de 2015 o salário do ensino superior estava 150% acima da média salarial dos trabalhadores que detinham o ensino médio. Por sua vez, o salário dos trabalhadores com ensino médio era cerca de 30% maior que os trabalhadores com o ensino fundamental, concluindo que essa estatística permaneceu semelhante nos próximos anos estudados e analisados.

O salário médio dos trabalhadores com ensino superior iniciado no ano de 2015, com R\$ 3.764,35 e um aumento até o ano de 2019 de R\$ 4.553,88, que representou uma variação percentual de 20,97%.

O salário médio dos trabalhadores com ensino médio iniciado no ano de 2015 com R\$ 1.492,38 tendo um aumento até o ano de 2019 que estava R\$ 1.701,50, representando uma variação percentual de 14,01%.

O salário médio dos trabalhadores com ensino fundamental iniciado no ano de 2015 com R\$ 1.146,73 tendo um aumento até o ano de 2019 que estava R\$ 1.277,36, representando uma variação percentual de 11,39%.

A menor variação pelo intervalo realizado foi do ensino fundamental, com 11,39% e a maior do ensino superior 20,97% que já era esperado esse nível educacional como maior variação pelo valor agregado ao trabalhador por sua qualificação.

Conforme os dados colhidos e analisados, a partir do modelo observa-se quanto maior o nível de escolaridade, maior seu salário médio dos trabalhadores e com isso também uma maior variação no nível salarial de acordo com o período analisado. A partir da análise dos dados, da pesquisa PNAD Contínua, observados no período de 2015 a 2019, foi possível concluir

que os salários de trabalhadores com ensino superior tendem a ter aumento maior do que os trabalhadores com níveis de escolaridade inferiores.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos para a análise do nível de escolaridade, com vistas à valorização do salário, atendem aos objetivos propostos com vistas a justificar a pesquisa realizada, a partir da identificação, pela metodologia, que relaciona salário e nível educacional, cujo resultado permitiu identificar, por meio de mensuração de salários, se estes podem ser elevados em relação ao nível educacional.

Os resultados dos coeficientes estimados, mediante a adoção do método de Mincer (1974), confirmam que a relação entre o nível de escolaridade e o nível de salários podem ser utilizados e realmente descreve a relação positiva entre os salários, nível educacional e anos de experiência laboral.

Portanto, é possível observar que empresas com informações privilegiadas foram as que mais auferiram ganhos de produtividade com trabalhadores contratados para as atividades ligadas às suas expertises. E, que apesar de pesquisas anteriores que demonstraram não serem novos os argumentos para o entendimento em relação à incerteza de empresários quanto à qualidade dos bens transacionados gerando ineficiência de equilíbrio, é possível o desaparecimento de algum produto.

Para a avaliação quanto à eficiência dos resultados auferidos buscou-se dados do mercado de trabalho dos anos de 2015 a 2019 no Brasil, de acordo com informações da PNAD Contínua Anual. A partir destes dados, confirma-se que o nível salarial está aumentando com a maior escolaridade é uma confirmação, pois nota-se que de acordo com o acréscimo do nível de escolaridade registrou-se um aumento de até 150% no nível salarial dos trabalhadores do ensino fundamental.

Após evidenciar as relações da utilização das variáveis e a partir das relações encontradas na teoria proposta sobre a eficiência dos resultados do estudo quanto à utilização dos dados sobre salários e níveis de escolaridade dos trabalhadores, conclui-se que os resultados do estudo contribuirão para a análise geral que relacione anos de escolaridade e níveis salariais.

A propósito, torna-se também possível concluir que a hipótese levantada permite abrir espaço para outro trabalho que relacione tais informações, podendo ser para categorias específicas de trabalhadores ou estados, aplicando modelos econométricos que relacione anos de estudo e nível salarial.

Desta forma, torna-se razoável sob óticas e modelos diferentes buscar novos resultados que sejam passíveis de orientar na realização de políticas que levem à promoção de melhorias educacionais com vistas à qualificação técnica de mão de obra para o setor empresarial, e conseqüentemente melhoria dos níveis salariais de trabalhadores em decorrência do aumento de produtividade do fator trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D. *Technical change, inequality, and the labor market*. Journal of Economic Literature, v. 40, n. 1, p. 7-72, Mar. 2002.

ARROW, K. *Higher Education as a Filter*. Journal of Public Economics 2, 1973, 193 – 216 p.

BRÉMOND, Janine; GÉLÉDAN, Alain. *Dictionnaire des Théories et Mécanismes Économiques*. Paris: Hatier Paris, 1984. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/GPR-B3051.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. *Desemprego: o custo da desinformação*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.59, n.3, July/Sept. 2005.

FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?* Technological Forecasting and Social Change, v. 114, p. 254-280, 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A economia digital e o futuro do trabalho no brasil*. In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desafios da nação. Brasília: Ipea, 2018. v. 2.

MINCER, J. *Investment in Human Capital and Personal Income Distribution*. The Journal of Political Economy, 1958, 348 p. 4.

MINCER, J. *Schooling. Experience and Earnings*. New York, Columbia University Press, 1974, 247-253.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha. *Mercado de Trabalho: múltiplos (des)entendimentos*. XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/GPR-B3051.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

PRIES, Ludger. *Teoria Sociológica Del Mercado de Trabajo*. In: TOLEDO, Enrique De La Garza. Tratado Latino americano de Sociologia del Trabajo, México 2000. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/GPR-B3051.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

SENAI. Projeto Memória. *De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. Volume 1. São Paulo: SENAI, ano 1991.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. 1ª Edição. São Paulo. Nova Cultural Editora, ano 1996.

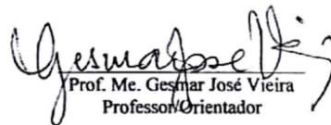
ANEXOS



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o (a) estudante José Elias das Mercêz Dias Neto, matrícula 2018.1.0021.0017-9, regularmente matriculado no segundo semestre letivo do Curso Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócio e Comunicação, ESTÁ APTO, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 30 de novembro de 2021.


Prof. Me. Gesmar José Vieira
Professor/Orientador

Ciente:


José Elias das Mercêz Dias Neto
Estudante/Acadêmico



Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante José Elias das Mercêz Dias Neto do Curso de Ciências Econômica, matrícula 2018.1.0021.0017-9, telefone: 62 995085418, e-mail joseeliasdiasneto@outlook.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Influência do Nível de Escolaridade no Salário do Trabalhador Brasileiro de 2015 à 2019" gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 30 de novembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): José Elias das Mercêz Dias Neto

Nome completo do autor: José Elias das Mercêz Dias Neto

Assinatura do professor- orientador: Gesmar José Vieira

Nome completo do professor-orientador: Prof. Me. Gesmar José Vieira